

- 473 — Idem, da Secretaria da Saúde, sobre a Indicação n. 615/61 (3.137, de 6-7-61).
474 — Idem, da Secretaria da Agricultura, sobre o Requerimento n. 505/61 (2.829, de 23-6-61).
475 — Idem, da Secretaria da Segurança, sobre a Indicação n. 440/61 (2.517, de 13-6-61).
476 — Idem, da Secretaria da Segurança, sobre a Indicação n. 569/61 (3.149, de 6-7-61).
477 — Idem, da Secretaria da Viação, sobre o Requerimento n. 398/61 (2.321, de 6-6-61).
478 — Idem, da Secretaria da Educação, sobre a Indicação n. 562/61 (3.191, de 30-6-61).
479 — Idem, da Secretaria da Viação, sobre a Indicação n. 431/61 (2.490, de 8-6-61).
482 — Idem, da Secretaria da Segurança, sobre a Indicação n. 568/61 (3.166, de 5-7-61).
483 — Idem, da Secretaria da Viação, sobre a Indicação n. 618/61 (3.134, de 6-7-61).
484 — Idem, da Secretaria da Agricultura, sobre a Indicação n. 140/61 (1.423, de 25-4-61).
485 — Idem, da Secretaria da Educação, sobre a Indicação n. 204/61 (1.599, de 2-5-61).
486 — Idem, da Secretaria da Educação, sobre a Indicação n. 217/61 (1.698, de 8-5-61).
487 — Idem, da Secretaria da Segurança, sobre o Requerimento n. 229/61 (1.812, de 15-5-61).
488 — Idem, da Secretaria da Fazenda, sobre o Requerimento n. 355/61 (2.254, de 31-5-61).
489 — Idem, da Secretaria da Viação, sobre a Indicação n. 384/61 (2.307, de 6-6-61).
490 — Idem, da Secretaria da Saúde, sobre a Indicação n. 610/61 (3.157, de 5-7-61).
491 — Idem, da Caixa Econômica do Estado, sobre a Indicação n. 577/61 (3.178, de 4-7-61).
492 — Idem, do Grupo de Planejamento, sobre a Indicação n. 249/61 (1.858, de 16-5-61).
493 — Idem, do IPESP, sobre a Indicação n. 392/61 (2.314, 5-6-61).
494 — Idem, da Secretaria da Agricultura, sobre a Indicação n. 593/61 (3.124, de 6-7-61).
495 — Idem, do Banco do Estado, sobre a Indicação n. 621/61 (3.131, de 6-7-61).
496 — Idem, da Secretaria da Educação, sobre a Indicação n. 452/61 (2.511, de 13-6-61).
497 — Idem, da Secretaria da Educação, sobre a Indicação n. 582/61 (3.180, de 30-6-61).
498 — Idem, da Secretaria da Viação, sobre a Indicação n. 491/61 (2.707, de 20-6-61).
499 — Idem, da Secretaria da Educação, sobre a Indicação n. 340/60 (3.163, de 11-5-61).
500 — Idem, da Secretaria da Viação, sobre o Requerimento n. 1.107, (4-4-61).
501 — Idem, da Secretaria da Fazenda, sobre o Requerimento n. 1.091/61 (1.064, de 4-4-61).
502 — Idem, da Secretaria da Viação, sobre a Indicação n. 404/61 (2.461, de 7-6-61).
503 — Idem, da Secretaria da Viação, sobre a Indicação n. 316/61 (2.079, de 23-5-61).
504 — Idem, da Secretaria da Viação, sobre a Indicação n. 220/61 (1.727, de 9-5-61).
505 — Idem, da Secretaria da Saúde, sobre a Indicação n. 643/61 (3.517, de 7-8-61).
506 — Idem, da Universidade de São Paulo, sobre o Requerimento n. 578/61 (2.937, de 28-6-61).
507 — Idem, do IPESP, sobre a Indicação n. 333/61 (2.177, 29-5-61).
508 — Idem, do IPESP, sobre a Indicação n. 49/61 (968, 24-3-61).
509 — Idem, da Secretaria da Viação, sobre o Requerimento n. 21/61 (856, de 23-3-61).
510 — Idem, da Secretaria da Justiça, sobre o Requerimento n. 641/61 (3.561, de 8-8-61).
511 — Idem, da Secretaria da Segurança, sobre o Requerimento n. 120/61 (1.418, de 25-4-61).
512 — Idem, da Secretaria da Educação, sobre a Indicação n. 143/61 (1.408, de 25-4-61).
513 — Idem, do IPESP, sobre a Indicação n. 356/61 (2.201, 30-5-61).
514 — Idem, da Secretaria da Viação, sobre a Indicação n. 385/61 (2.317, de 5-5-61).
515 — Idem, da Secretaria da Agricultura, sobre a Indicação n. 545/61 (2.821, de 23-6-61).
516 — Idem, da Secretaria da Segurança, sobre a Indicação n. 68/61 (1.092, de 6-4-61).
517 — Idem, da Secretaria da Educação, sobre o Requerimento n. 140/61 (1.467, de 26-4-61).
518 — Idem, da Secretaria da Segurança, sobre a Indicação n. 520/61 (2.729, de 20-6-61).
519 — Idem, da Secretaria da Educação, sobre a Indicação n. 519/61 (2.728, de 20-6-61).
520 — Idem, da Secretaria da Educação, sobre o Requerimento n. 412/61 (2.441, de 8-6-61).
521 — Idem, da Secretaria da Viação, sobre o Requerimento n. 422/61 (2.473, de 9-6-61).
522 — Idem, da Secretaria da Viação, sobre a Indicação n. 417/61 (2.465, de 8-6-61).
523 — Idem, da Caixa Econômica do Estado, sobre a Indicação n. 583/61 (3.179, de 30-6-61).
524 — Idem, da Secretaria da Educação, sobre a Indicação n. 514/61 (2.725, de 20-6-61).

INDICAÇÕES

- Dos Srs. deputados.
Sólon Borges dos Reis
N. 1.148 — Indicando ao Executivo seja encaminhada a esta Casa mensagem acompanhada de projeto de lei, objetivando criar na Contadoria Geral do Estado cargos de Técnico de Contabilidade, para os quais se exigiria o respectivo diploma e aos quais se atribuiriam vencimentos compatíveis com o alto grau de especialização exigidos, provendo esses cargos, de preferência, com os funcionários do Estado que sejam portadores do necessário título.
Pinheiro Júnior
N. 1.149 — Indicando ao Executivo seja criada a carreira de atendente para os servidores que exercem funções nos Centros e Postos de Saúde, nas Delegacias, nos Hospitais e demais repartições congêneres subordinadas à Secretaria da Saúde.
N. 1.150 — Indicando ao Executivo seja melhorada a situação dos funcionários lotados nos Colégios Estaduais, Institutos de Educação, Escolas Normais e Ginásios Estaduais, bem como seja tornado sem efeito o Comunicado n. 1.148, do Departamento de Educação.
N. 1.151 — Indicando ao Executivo a necessidade dos ginásios manterem classes mistas, em todos os períodos, modificando-se a atual orientação seguida pelos mentores desses estabelecimentos educacionais.
Santilli Sobrinho
N. 1.152 — Indicando ao Executivo seja instalada em Paraguaçu Paulista uma das Delegacias Regionais do Ensino Elementar, a serem criadas pelo Projeto de Lei n. 1.139-61.
André Nunes Júnior
N. 1.153 — Indicando ao Executivo, junto à Cia. Paulista de Estrada de Ferro, construa um pontilhão sobre o leito da via férrea na passagem da linha Quintana a Vila Campante, possibilitando-se a supressão de duas passagens de nível perigosíssimas.
N. 1.154 — Indicando ao Executivo seja substituída a ponte que liga a Paraguaçu Paulista, sobre o Rio do Peixe, que é de madeira e está em péssimo estado, por outra de concreto.
Israel Dias Novaes
N. 1.155 — Indicando ao Executivo seja equiparado o salário dos ex-crenecarários dentistas do Serviço Dentário Escolar ao dos efetivos.

REQUERIMENTOS

REQUERIMENTO N. 1.494, DE 1961

Senhor Presidente
A 5 de dezembro de 1645, era elevada à categoria de vila a então pequena povoação de Taubaté, por provisão de Antônio Barbosa de Aguiar, Capi-

tão-Mor, Governador-Ouvidor e Alcaide-Mor da Capitania de São Vicente, recebendo o nome de São Francisco das Chagas de Taubaté.

A área onde hoje se encontra a cidade foi ocupada por um antigo andelamento de índios guaianazes, conhecido com a denominação de Itabaté, que significa "moradia do Chefe", ou "aldeamento principal", na língua tupi.

A ocupação pelo homem civilizado da extensa região de que Taubaté se fez centro, começou em 1636, quando o Capitão-Mor Francisco da Rocha, expediu provisão a Jacques Felix, morador em São Paulo, para que penetrasse o sertão, ampliando as terras pertencentes, então, à Condessa do Vimleiro. A empreitada foi bem cumprida, pois três anos mais tarde já existia ali um pequeno povoado. Vasco da Mota, Capitão-Mor da Capitania em 1639, deu forte impulso à povoação, concedendo sesmarias aos povoadores, que já haviam iniciado a construção da Igreja.

Em 5 de dezembro de 1645, há três séculos e dezesseis anos, portanto, era o povoado elevado à categoria de Vila e se elegiam, pouco depois, os juizes ordinários. Jacques Felix, o fundador de Taubaté, deu um grande impulso à região, ali vivendo doze anos, dedicando-se à lavoura e explorando as terras circunvizinhas, transpondo a Serra da Mantiqueira, em busca de minas de ouro, abrindo caminho a outros paulistas que mais tarde foram descobrir, nas Minas Gerais, as jazidas auríferas.

Como Vila viveu Taubaté quase dois séculos, apesar de seu crescente desenvolvimento.

Erigida em cidade, em 1842, em município e comarca em 1859, Taubaté foi, nos dias de fastígio do Vale do Paraíba, o segundo produtor de café em São Paulo, só superado por Bananal. Por isso mesmo, foi sede da reunião dos Estados cafeicultores que deu origem ao Convênio de Taubaté, onde se lançaram as bases da política de valorização oficial do café, adotada como norma durante decênios.

A fase de depressão econômica causada pela extinção da escravidão e pela migração da cafeicultura para as terras novas da Mogiana, sucedeu, nos últimos anos a de prosperidade, especialmente industrial, que dá ao histórico Vale, neste momento, uma nova fisionomia econômica.

Taubaté é, hoje, um dos mais ativos centros de trabalho em nosso Estado.

Requeiro que, cumpridas as formalidades regimentais, se consigne em ata um voto de congratulações com o povo de Taubaté, pelo transcurso do 316.º aniversário da fundação da cidade, dele se dando conhecimento ao Senhor Prefeito Municipal e ao Presidente da edilidade local.

Sala das Sessões, em 4-12-1961.

(a) Benedito Matarazzo

REQUERIMENTO N. 1.495, DE 1961

Requeremos à douta Mesa, dentro das disposições regimentais, seja assinalado, na ata dos nossos trabalhos de hoje, um voto de congratulações com o povo do município de Sertãozinho, pelo transcurso, nesta data, de mais um aniversário da elevação dessa comunidade à categoria de município.

Requeremos, ainda, sejam notificados o Prefeito Municipal e a Câmara Municipal da presente homenagem.

Sala das Sessões, em 5 de dezembro de 1961.

a) Costabile Romano

Justificativa

A data de hoje assinala mais um aniversário da elevação de Sertãozinho à categoria de município.

O evento merece o registro especial desta Casa, porque realça a vida de uma das comunidades paulistas cujo progresso honra a iniciativa do povo bandeirante.

De fato, aos 65 anos de emancipação política e administrativa de Sertãozinho revestem-se de uma atividade constante e incansável que, se veio ela do passado, serviu de base para o seu grande progresso produto do trabalho infatigável de seu povo.

Com uma população em franco crescimento, Sertãozinho possui vasta extensão de terra coberta por uma rica e pujante lavoura cafeeira, em a qual repousa um comércio muito desenvolvido e inúmeras indústrias que, renovando o aspecto físico do município, o colocam em situação privilegiada perante inúmeros municípios de São Paulo. Usinas açucareiras, máquinas de café, manipulações comerciais vigorosas e firmas, produções agrícolas as mais variadas, constituem o atestado mais vivo de uma população que, enriquecendo o seu município, colabora decisivamente para o progresso de São Paulo e do Brasil.

Não há dúvida alguma sobre a repercussão francamente positiva, deste progresso material, na vida cultural da população sertaneza que se manifesta nas inúmeras escolas de todos os graus aí existentes, nas instituições assistenciais e de beneficência e no espírito patriótico e democrático do seu povo. Todas estas condições projetaram o município de Sertãozinho entre os mais progressistas do nosso Estado, motivo porque merece a nossa admiração, o nosso aplauso e o nosso desejo veemente de que continue progredindo cada vez mais. Nesta data, de mais um aniversário de sua existência como município, queremos rogar à Divina Providência pela eterna felicidade do povo de Sertãozinho.

Este é o nosso sentimento ao formularmos o presente Requerimento.

REQUERIMENTO N. 1496 DE 1961

A Mesa, regimentalmente, requeiro que o Executivo informe, através da Reitoria da Universidade, os motivos pelos quais, até a presente data, não foi enviada à Assembleia Legislativa a Mensagem criando e mandando instalar a Faculdade de Ciências Médicas e Biológicas da Cidade de Botucatu.

Justificativa

O nosso requerimento se justifica, pois que o sr. Governador, em respeitabilíssimo despacho do dia 13 de novembro p.p., determinou em caráter de urgência a criação e instalação imediatas dessa Casa de Ensino Superior. Ora, se o Sr. Governador exige urgência, e sabendo-se que a mensagem deve tramitar pela Assembleia Legislativa, e tendo em vista precedentes desabonadores de promessas de instalação imediata e que não foram cumpridas, o Deputado que subassina este Requerimento tem sobejas razões, embora não desconheça e ateste publicamente a integridade intocável do Prof. Carvalho Pinto, de estranhar o adiamento incompreensível na remessa dessa Mensagem tão necessária quanto esperada pela Mocidade estudiosa.

Sala das Sessões, 5 de dezembro de 1961.

(a) Dante Perri

REQUERIMENTO N. 1497 DE 1961

Senhor Presidente

Requeiro à Mesa, nos termos regimentais, sejam solicitadas, através da Secretaria da Educação, as seguintes informações:

a) sabe o senhor Secretário da Educação que Dona Maria José de Moura Abreu, Servente do Grupo Escolar de Itápolis, vem sendo perseguida naquele estabelecimento de ensino?

b) Por que a referida funcionária não foi atendida em seu pedido de remoção?

Dona Maria José de Moura Abreu é uma servidora antiga, cumpridora de seus deveres, não se justificando, de modo algum, a atitude da direção daquele Grupo Escolar para com ela, pelo que solicito providências urgentes do Senhor Secretário da Educação no sentido de que seja resolvida a sua situação, o que poderá ser efetivado com a sua remoção, na forma solicitada.

Sala das Sessões, 5 de dezembro de 1961.

a) Pinheiro Júnior

REQUERIMENTO N. 1.498, DE 1961

Requeremos sejam solicitadas ao Poder Executivo as seguintes informações:

a) — Qual a autoridade responsável pela determinação das violências com jactos de água e bombas contra jornalistas em greve pacífica à entrada dos "Diários Associados", à rua 7 de Abril, na madrugada do dia 2 do corrente, violências que atingiram também os dois deputados signatários deste Requerimento?

b) — A ordem partiu do Governador ao Secretário da Segurança Pública?

c) — Partiu do Secretário da Segurança Pública ao titular do Departamento de Ordem Política e Social?

d) — Partiu desta última autoridade ao Tenente da Força Pública que dirigia o policiamento no local? Em suma: de quem partiu a ordem para que fossem praticadas as violências contra jornalistas e deputados?

Justificação

Os deputados abaixo assinados, que foram designados pela Mesa da Assembleia Legislativa para acompanhar os acontecimentos relativos à greve pacífica dos jornalistas de São Paulo, conseguiram evitar a prática de violências na madrugada do dia 2, à entrada das oficinas das "Folhas", à rua Barão de Campinas, nesta Capital.

As gestões dos dois deputados surtiram efeito nesse local, mas logo depois foi dada ordem aos policiais para a prática das desnecessárias violências que se verificaram à entrada dos "Diários Associados", à rua 7 de Abril.

Qual o responsável por essa ordem?

E' o que se pretende apurar com este requerimento.

Sala das Sessões, 5 de dezembro de 1961.

a) Cid Franco

Luciano Lepori